

— 7333 —

**1.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura**  
**Ata da 3.<sup>a</sup> Sessão Ordinária**  
**(Convocação Extraordinária)**  
**Realizada em 22 de Março de 1971**  
**(Segunda-Feira)**

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada, pelos srs. deputados Rosário Pitelli e Quielsen Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados Wilson Fortes, Antônio Costa, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Acyr José, Alvaro Dias Antônio Belinatti, Antônio Maciel, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krügger, Odilon Reinhardt, Ovídio Luiz Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Vilanueva (36); achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Nelson Buffara, Domicio Scaramella, Agnaldo Pereira Lima, Antônio Lopes Júnior, Arizone Araújo, David Federmann, Erondy Silvério, Francisco Escorri, João Fadel, Pinto Dias e Sebastião Rodrigues Júnior (11).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a  
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte  
E X P E D I E N T E:

Sob os n.s 161, 164 e 166-70, do senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei n.s:

299-70: Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n. 28-70, sobre o Orçamento Geral do Estado, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6.175. — Agradeça-se.

232-70: Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n. 32-70, sobre o Orçamento Plurianual, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6.176. — Agradeça-se.

248-70: Do senhor deputado Antônio Lopes Júnior, que autoriza os parcelamentos dos débitos fiscais decorrentes do I.V.C. e I.C.M. não pendentes de recursos administrativos, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6.170. — Agradeça-se.

9-70: Do senhor deputado Erondy Silvério, que denomina "Professor Hostílio Cesar de Souza Araújo", um dos Grupos Escolares desta Capital, o qual convertido em Lei, tomou o n. 6.177. — Agradeça-se.

Sob os n.ºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6-71 do senhor Governador do estado, comunicando haver Vetado Integralmente os Projetos de Lei ns.:

222-69: Do senhor deputado Ovidio Franzoni, o qual autoriza o Poder Executivo, a criar na sede do município de Nova Olímpia, um Ginásio Estadual para funcionar a partir do próximo ano letivo. — A C.C.J.

164-69: Do senhor ex-deputado Luiz Renato Malucelli, o qual autoriza o Poder Executivo a criar na cidade de Xambrê, uma Escola Normal de grau colegial. — A C.C.J.

217-69: Do senhor deputado Fuad Nacli, o qual visa criar uma Escola Normal Secundária, na sede do município de Leopólis. — A C.C.J.

153-69: Do senhor deputado João Leopoldo Jacomel, que visa autorizar o Poder Executivo, a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de retificação e pavimentação, o trecho de estrada que liga Piraquara à estrada Curitiba-Paranaguá (BR-277). — A C.C.J.

251-69: Do senhor ex-deputado estadual Silvio Barros, que visa autorizar o Poder Executivo, a determinar que a cobrança do tributo sobre o tráfego de veículos, seja cobrado por doze (12) meses, sem vinculação com o ano civil ou exercício financeiro. — A C.C.J.

68-70: Do senhor ex-deputado estadual Seme Scaff, que visa criar na sede do município de Califórnia, uma Escola Técnica de Comércio de 2.º ciclo. — A C.C.J.

#### TELEGRAMA:

Do senhor Orlando Correia Prado, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, comunicando a eleição e posse da nova Mesa Executiva que dirigirá os trabalhos daquele Poder. — Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.

#### OFÍCIOS:

Sob os ns. 7 e 8-71, do senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei ns.:

57-70: Do senhor ex-deputado estadual Luiz Renato Malucelli, que declara de Utilidade Pública, a Escola Profissional Da. Ivone Pimentel, da cidade de Morretes, tomando por lei, o n. 6.182. — Agradeça-se.

80-70: Do senhor deputado Igo Iwant Losso, que declara de Utilidade Pública, a "Associação das Igrejas de Cristianismo Decidido", com sede em Curitiba, tomando por Lei o n. 6.171. — Agradeça-se.

15-70: Do senhor ex-deputado estadual Túlio Vargas, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Ensino e Assistência Social, da comunidade Evangélica Luterana da Paz, de Mandaguari, tomando por Lei o n. 6.183. — Agradeça-se.

17-70: Do senhor deputado Ivo Tomazoni, que autoriza o Poder Executivo, a doar ao município de Dois Vizinhos, um trator de propriedade do D.A.T., tomando por Lei o n. 6.186. — Agradeça-se.

73-70: Do senhor ex-deputado estadual Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a doar à Diocese de Maringá, o Jeep DKW-VEMAG e motor n. 8.862.326, de propriedade da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, tomando por Lei o n. 6.184. — Agradeça-se.

51-70: Do senhor deputado Wilson Fortes, que cria uma Circunscrição de Trânsito com sede em Loanda, abrangendo os município que especifica, tomando por Lei n. 6.185. — **Agradeça-se.**

Sob o n. 87-71, do senhor deputado Nelson Pedrini, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva daquele Poder. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

Sob o n. 151, do senhor deputado Solano Borges, presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, comunicando a instalação da 43a. Legislatura daquele Poder. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

Sob o n. 63-71, do senhor deputado Expedito de Faria Tavares, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Executiva daquele Poder. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

Sob o n. 1-71, do senhor deputado Nelson Ramos, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa que dirigirá os trabalhos da 7a. Legislatura daquela Assembléia. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

Sob o n. 2, do senhor Rosalvo de Oliveira Silva, presidente da Câmara Municipal de Sergipe, comunicando que foi empossada a nova Mesa que dirigirá os trabalhos daquele Legislativo Municipal, para o período fluente à 31 de janeiro de 1.973. — **Ao conhecimento da Casa — Agradeça-se.**

Sob o n. 1.381-70, do senhor Secretário de Estado dos Negócios dos Transportes, prestando informações a requerimento do senhor deputado Gabriel Manoel. — **Ao conhecimento do sr Deputado interessado.**

Sob o n. 1.412, do senhor Secretário de Estado dos Negócios dos Transportes, prestando esclarecimentos a requerimento do senhor ex-deputado Estadual Arnaldo Faivro Busato. — **Ao conhecimento da Casa.**

#### **REQUERIMENTOS:**

— De autoria do sr. deputado Armando Queiroz, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 3-71, Mensagem Governamental n. 3-71.

##### **Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer o adiamento de discussão por 20 (vinte) sessões, do requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, que dispõe sobre o regime de urgência ao Projeto de Lei que cria Inspeção Regional de Ensino, com sede em Arapongas.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1971.

a) **Xenofonte Villanueva**

##### **Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, vem respeitosamente Requer:

Se consigne na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento da veneranda Senhora Anita Varaschim, esposa do sr. Fernando Varaschim, forte e próspero comerciante de Pato Branco, e um dos pioneiros daquela comunidade.

Requer ainda que, do presente, se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1971.

a) **Ivo Tomazoni**



### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, versas funções no Estado, deixando indelévelmente marcada sua passagem, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de congratulações ao Arcebispo de Londrina, Dom Geraldo Fernandes, pela sua assunção àquele alto posto eclesiástico, efetivada no último dia 21.

Com uma obrigação religiosa que compreende três milhões e duzentos e cinquenta mil católicos, a escolha de D. Geraldo para esta Arquidiocese, bem demonstra o acerto da Igreja na indicação de uma pessoa que bem compreende os problemas religiosos da região.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1971.

a) Antônio Belinati

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer à Mesa, na forma regimental, após ouvir o Plenário, se registre na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de aplausos ao excellentíssimo senhor Lineu Emílio Klüppel, da Fazenda, pelo acerto na escolha de seus assessôres.

Na chefia do Departamento de Rendas Internas, por exemplo, Sua Excelência, mui acertadamente, nomeou o sr. Ernesto Emir Kugler Batista. Homem de rara capacidade, tendo ocupado com brilhantismo as mais dignas ao seu trabalho de alto gabarito, tornando-se sempre, desta forma, grande credor da confiança de seus superiores, seus subalternos, e de toda gente paranaense.

Requeiro, cutrossim, após a aprovação deste, se officie ao exmo. sr. governador Leon Peres, ao sr. Secretário da Fazenda e ao exmo. sr. Ernesto E. K. Batista, comunicando-lhes da aprovação.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1971.

a) Paulo Poli

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao ilustríssimo senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitação para que se autorize o 4.º Distrito Rodoviário, com sede em União da Vitória, a iniciar com a maior brevidade possível, a conservação da estrada que demanda de União da Vitória ao Sudoeste.

Conservação esta que deveria ser feita com desmate, drenagem e revestimento com pedras britadas, em virtude desta estrada ser de grande importância para vários municípios do sudoeste, como União da Vitória, Genera, Carneiro, Palmas, Clevelândia, Mariópolis, etc., os quais se encontram abandonados há vários anos, bem como suas populações.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1971.

a) Domicio Scaramella

### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, a inserção nas Atas dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso, nesta data, de mais um aniversário de fundação do Jornal "Diário da Tarde".

Senhor Presidente, o nosso requerimento justifica-se pelo fato de ser o "Diário da Tarde" o mais antigo periódico da nossa Capital e também por

ser o referido jornal dirigido pelo nosso ilustre companheiro de bancada, deputado Mauricio Fruet.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1971.

a) Hélio Manfrinato

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer:

1.º — seja inserido na Ata dos trabalhos desta sessão um voto de solidariedade da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, à Campanha da Fraternidade, lançada oficialmente em nossa Capital em data de 14 do mês em curso;

2.º — que da decisão supra seja dado ciência ao sr. João Elísio Ferraz de Campos, digníssimo Coordenador da Campanha da Fraternidade, no Paraná.

#### JUSTIFICATIVA:

"Ser cristão é participar" — Sob esse lema a Campanha da Fraternidade, movimento de âmbito nacional no Brasil, pretende levar a todos os homens a resposta da Igreja aos que a acusam de omissa e desinteressada nos problemas sociais de nosso tempo.

Entretanto, mais que uma resposta, a Campanha da Fraternidade é também uma afirmação de que a comunhão fraterna deve unir em Deus todos os homens e, por isso o objetivo do movimento não é apenas de conseguir meios materiais para concretização do Pequeno Cotelengo, em Santa Quitéria, mas, e principalmente, aspira um profundo engajamento espiritual de todos os cristãos, pela ênfase que dá àquelas origens sacrais do homem.

"Ser cristão é participar" — E como não participar, se a Campanha da Fraternidade, lançada no Paraná por inspiração do saudoso e eminente Arcebispo D. Manoel da Silveira D'Elboux, é um apelo constante à necessidade de amparo às crianças, aos desválidos, aos marginalizados, àqueles sobre os quais as portas do destino mais duramente se fecharam, impedindo-lhes o desabrochar pleno de todas suas potencialidades na glória de serem também criaturas de Deus?

"Ser cristão é participar" — E, porisso, entendo mais que oportuno que esta Assembléia manifeste sua solidariedade à Campanha de Fraternidade, porque a mesma representa, como movimento de evangelização e fraternidade, os sentimentos cristãos de todo o nosso povo no amor que dedicamos ao próximo.

Os nobres Deputados certamente apoiarão esta nossa proposição.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1971.

a) Acyr José

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado um telegrama ao sr. João Haveltange, presidente da Confederação Brasileira de Desportos, solicitando um estudo mais acurado da inclusão de um segundo time do Paraná no Campeonato Nacional de Clubes, antigamente conhecido como Taça de Prata.

Requer, outrossim, seja enviada cópia deste requerimento ao senhor Jarbas Passarinho, ministro da Educação e Cultura.

a) Antônio Belinati

#### JUSTIFICATIVA:

Não se pode compreender, senhor Presidente, que outros Estados, com menor poder aquisitivo por parte de sua população, tenham incluídos dois

clubes nesta magna disputa, e o Paraná, que caminha célere para uma posição de liderança máxima nos destinos da Nação, tenha que se contentar com apenas uma agremiação, palco, na maior parte das vezes, de discussões e discordâncias quando de sua escolha.

Se verificarmos as rendas auferidas pelos clubes paranaenses, nesta disputa, veríamos com facilidade a maior arrecadação do Paraná em relação a Bahia, Pernambuco e até mesmo Rio Grande do Sul, se computarmos a mesma por clube disputante.

Por este motivo, achamos este nosso requerimento viável, e esperamos contar com o apoio de nossos Pares para problema tão popular que atinge a nós todos de perto.

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o encaminhamento ao exmo. sr. Secretário da Fazenda de apêlo no sentido de determinar, com urgência, a aplicação da cláusula única, do Convênio celebrado pelos Secretários da Fazenda dos Estados e Distrito Federal, no dia 14 de dezembro de 1970 e aprovado pelo Decreto n. 21.995, de 23 de dezembro do mesmo ano, que estabelece a ampliação do "prazo de recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadoria pelas indústrias sujeitas ao Imposto sobre Produtos Industrializados, exceto as de bebidas, fumo, cimento, café torrado e moído, automóveis e cerâmica, para 60 (sessenta) dias fora o mês com dilatações mínimas de cinco (5) dias por quadrimestre".

O presente requerimento, sr. Presidente, encontra justificação no clamor geral das classes produtoras, asfixiadas pela exiguidade dos prazos de recolhimento do I.C.M. atualmente em vigor, que resultam na deterioração do capital de giro das empresas paranaenses.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1971.

a) **Domício Scaramella**

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação da Assembléia o seguinte requerimento:

Em atenção à solicitação da exma. sra. diretora do Grupo Escolar "Professora Maria Pereira Martins", a qual demonstrou-nos a necessidade de se apelar ao exmo. sr. Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, no sentido de que a mencionada autoridade determine o destacamento de um policial a fim de que se discipline o trânsito defronte ao referido estabelecimento de ensino primário.

Na realidade foram inúmeros os acidentes ocorridos naquele local, por falta única e exclusivamente de policiamento, acidentes esses com lamentáveis perdas de vida e lesões corporais de crianças.

Assim sendo, requeiro à Mesa, na forma regimental, seja encaminhado expediente ao exmo. sr. Comandante da Polícia Militar deste Estado, no sentido de que S. Exca. determine o escalonamento de um policial a fim de disciplinar o trânsito defronte o Grupo Escolar "Professora Maria Pereira Martins".

Sala das Sessões, em 22 de março de 1971.

a) **Acyr José**

#### Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje de um voto de regozijo à Revista Realidade, pela publicação, na edição de março corrente, da reportagem "Pena de Morte".



Abordando de forma séria e objetiva a execução de Manuel da Mota Coqueiro, ocorrida em 6 de março de 1855, em Macaé, Estado do Rio de Janeiro, a reportagem analisa os fatos e a forma como se conduziu o julgamento do acusado, mostrando, também, a dúvida criada junto à opinião pública sobre a culpabilidade do mesmo.

Na mesma reportagem, a Revista Realidade informa os países que ainda adotam esta máxima punição, destacando que "Modernamente, em todos os cantos, contesta-se a teoria. Para abolir a pena de morte, na Inglaterra, há pouco mais de um ano, os ingleses apoiaram-se num estudo de juristas que concluiu: não há vínculo entre a abolição da pena de morte e a taxa de criminalidade. De 250 condenados à morte no princípio do século, 170 já tinham assistido a execuções. O exemplo, nesse caso, funcionou de maneira contrária. A Itália teve pena de morte até 1890, e só foi restabelecida temporariamente no tempo do fascismo. Um estudo recente apontou: quando havia pena de morte na Itália, o número de homicidas era de 10,6 por 100.000 habitantes; sem a pena de morte a taxa baixou para 3,5 por 100.000 habitantes".

Outrossim, aprovado o presente requerimento, o deputado requer à Mesa que se oficie à Revista Realidade, na pessoa de seu Diretor e Editor Victor Civita, dando-lhe ciência da decisão da Casa.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1971.

a) **Maurício Fruet**

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, na forma regimental e após ouvido o Plenário, que a Casa encaminhe apelo ao exmo. sr. Haroldo Carvalho, DD. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que sejam designados professores para a Escola Santa Cruz, da cidade de Guarapuava, com a finalidade de sanar grave situação de mais de duas centenas de alunos que se encontram sem assistência educacional.

O referido estabelecimento de ensino, que conta com aproximadamente quinhentos alunos matriculados, tem seu corpo docente formado apenas por doze professores, situação esta que faz com que metade do corpo discente não venha recebendo aulas.

Segundo informações prestadas por pais de alunos que frequentam aquela escola estadual, o problema foi levado aos órgãos competentes, sem que contudo houvesse sido dada uma solução convincente ao caso.

A situação do ensino estadual agravou-se, em Guarapuava, depois da medida tomada pelo Prefeito, no sentido de retirar da ativa os professores do município, dos estabelecimentos estaduais.

É injustificável que o desentendimento entre a administração municipal e a estadual venha prejudicando aqueles que têm direito à educação, levando ao desespero aos que necessitam dela.

Profundamente preocupado com a situação anômala criada naquele município do Oeste paranaense e, sabendo que a mesma não é conhecida do novo titular da Pasta da Educação, é que tomamos a iniciativa de encaminhar este apelo.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1971.

a) **Nivaldo Krügger**

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, depois de ouvido o Plenário, a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do sr. Francisco Albano, prefeito do município de Jundiá do Sul, ocorrido em 18 pp.

Da decisão da Casa, requer seja dado conhecimento a:  
Sra. Mafalda Laurente Albano, viúva do extinto; sr. Prefeito Municipal que assumiu o cargo; sr. Atila Bueno Mendes, presidente da Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1971.

a) **Xenofonte Villanueva**

**JUSTIFICATIVA:**

O ilustre desaparecido destacou-se como homem público em seu Município e na região circunvizinha mercê das qualidades pessoais que formavam seu caráter. O seu passamento repercutiu dolorosamente em tôdas a população e especialmente entre quantos o conheceram e admiraram.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente aos excelentíssimos senhores Secretário de Estado dos Negócios dos Transportes e Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando início imediato dos trabalhos que possibilitem a implantação asfáltica na rodovia que liga os municípios de União da Vitória, General Carneiro, Palmas, Clevelândia, Mariópolis, Vitorino, até encontrar a Pato Branco-Três Pinheiros, no trecho já em andamento, passando por Renascença, Marmeleiro, até Francisco Beltrão. Tal solicitação prende-se ao fato de que uma enorme área do Território paranaense, compreendido pelos municípios acima citados, estarão com o seu progresso irremediavelmente comprometido, caso não se conclua com a brevidade tecnicamente permitida o asfaltamento da rodovia citada. Municípios populosos, tradicionais, com economia agropecuária de grande porte e excelentes perspectivas para o Paraná e para o Brasil, não devem e não podem ficar à margem dos planos rodoviários que impulsionarão e darão nova dimensão ao nosso Estado. Vale acrescer a essas ponderações que, uma vez asfaltada a estrada União da Vitória, General Carneiro, Palmas, Clevelândia, Mariópolis, Vitorino, o Estado do Paraná será grandemente beneficiado com o carregamento da produção do Oeste do Estado de Santa Catarina que terá então como via de escoamento êsse trecho do Território paranaense.

Certo de que essa Casa de Leis, será a intérprete dos clamores dos senhores Prefeitos Municipais, Vereadores, autoridades e da totalidade da população daqueles Municípios, queremos, ainda, seja o presente expediente, enviado cópias aos senhores Prefeitos Municipais e Câmara dos Vereadores dos Municípios de União da Vitória, General Carneiro, Palmas, Clevelândia, Mariópolis, Vitorino, Renascença, Marmeleiro e Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1971.

a) **Cândido Martins de Oliveira**

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que êste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja, após ouvido o Plenário, enviado expediente ao excelentíssimo senhor Governador do Estado do Paraná e ao excelentíssimo senhor Secretário dos Negócios da Fazenda, solicitando a adoção de medidas possibilitadas em Decreto-Lei de 3 do corrente mês, exarado pelo excelentíssimo senhor Presidente da República, que enseja aos Estados da Federação o retorno, para efeito da distribuição aos Municípios, das quotas do Imposto de Circulação de Mercadorias aos índices fixados para o ano de 1970. Se tal medida ainda não coloca essa delicada questão em termos de solução justa e ideal, ao menos possibilitará meios de sobrevivência e subsistência a mais de duas centenas de Municípios paranaenses que hoje assistem alar-



mados a perspectiva negra do ano de 1971, como índices injustos e fora da realidade da economia paranaense. Na verdade, o Decreto Lei n.º 380, regulamentador da sistemática do I.C.M., revestido de cuidados que visam o fortalecimento da economia do Governo Federal e do Governo Estadual, deixa em situação desesperadora sob esse aspecto os Governos Municipais, mormente dos produtores, que são a grande alavanca do progresso paranaense, beneficiando apenas, segundo dados da Secretaria da Fazenda, a 16 Comunas neste Estado que absorverão, por serem centros de comercialização, 60% de todo o I.C.M., destinado aos Municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1971.

a) Cândido Martins de Oliveira

#### Requerimento

Súmula: Cria a Comissão Especial de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná.

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, seja constituída uma Comissão Especial, integrada por sete elementos, com o objetivo de estudar os problemas relacionados ao incentivo, amparo e desenvolvimento do nosso Estado na área econômico-social.

Esta medida virá preencher uma lacuna existente na organização e constituição desta Casa, servindo como contribuição deste Legislativo ao Governo, para o conhecimento do nosso quadro no setor da economia e social vigente, dando uma avaliação exata do que atualmente se faz e o que se pode fazer para apressar e cimentar o nosso desenvolvimento.

A participação do Poder Legislativo no estudo desses problemas, pará a este Poder uma nova dinâmica, que, se não completa, pelo menos minimizará aquilo que a mecânica da ordem vigente subtraiu.

A Comissão Especial seria uma tentativa para interpretar a realidade existente, procurando diminuir o divórcio entre as classes políticas e empresariais, racionalizando esforços paralelos, com conclusões adequadas, visando a exatidão de poupança de nosso Estado, a fixação e multiplicação da riqueza na área produzida.

O Paraná não pode e nem deve sentir, por falta de planejamento, o esvaziamento econômico sentido por outros Estados que não adotaram as precauções necessárias.

A responsabilidade que a classe política tem que dar às gerações futuras, está na razão direta de uma economia dinâmica que compense a avidez de progresso em nossa terra.

A verdade é que o povo paranaense não se conforma, hoje, em ser mero fornecedor da matéria-prima à economia nacional. Não admite mais que sua riqueza advenha mais da nação dilapidadora do uso da terra e reservas florestais, do que do processo científico, engenhoso... pois este imediatismo econômico poderá ter consequências desastrosas em futuro bem próximo. A nossa agricultura está servindo para a formação de chaminés em outras regiões do País, enquanto se chega ao acaso de nosso desbravamento. Há, inevitavelmente, necessidade da transformação dessa riqueza e dessa economia extrativa e, para isso, precisamos estimular a formação de lideranças e grupos empresariais capazes de canalizar e multiplicar o que dispomos economicamente; de se analisar os contrastes regionais do Estado, equilibrando os desníveis e as hipertrofias existentes; de se modificar a concepção paternista do Governo, para uma ação mais coordenada e estimulante; de se preparar uma mão-de-obra especializada com vistas a um processo de industrialização que não deve ser postergado pela omissão daqueles que representam o povo. Este é o novo papel que queremos dar a esta Assembléia Legislativa. Um verdadeiro órgão catalizador entre as classes empresariais, assalariados e o Governo. Não adiemos para o futuro o que podemos fazer hoje.

Sala das Sessões, em 17 de março de 1971.

a) Nivaldo Krügger

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Projeto de Resolução n. 2-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1971.

aa) Wilson Fortes, Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo da Silva

#### JUSTIFICAÇÃO:

A rigor, na tramitação do imóvel anteriormente ocupado pela Assembléia Legislativa, feita por doação à Câmara Municipal, o busto de que trata o presente projeto, devia ter acompanhado o destino do principal, ou seja, do prédio.

E a razão é muito simples, já que aquela Casa tem a denominação, aliás muito honrosa de Palácio Rio Branco. De sorte que a figura do insigne vulto da História-Pátria pertence, pela significação, à entidade que detém a propriedade do tradicional edifício.

Convém ressaltar por fim, que esta propositura resultante do expediente da Câmara Municipal de Curitiba, que solicita a doação que ora se propõe.

#### PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n. 4-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública, o Museu Sete Quedas, localizado no município de Guaíra.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1971.

a) Francisco Escorsin

#### JUSTIFICATIVA:

O Museu Sete Quedas, localizado na cidade de Guaíra, foi fundado em julho de 1961 e possui uma das mais completas coleções existentes no sul do País. Tem contribuído grandemente para o aprimoramento dos conhecimentos da população local, como também dos inúmeros visitantes que lá comparecem. Dessa maneira, justo é que se declare de utilidade pública, como um reconhecimento do Poder Público a tão meritória obra, que engrandece não só aquela região como o nosso Estado. Assim sendo é que apresentamos o presente plano de lei, e esperamos contar com o apoio dos nossos ilustres Pares.

Projeto de Lei n. 5-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga as cidades de Pérola e Iporã, numa extensão de 25 quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1971.

a) Xenofonte Villanueva

**Projeto de Lei n. 6-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública o Departamento de Assistência Social e Educação da Igreja Evangélica Pentecostal de Curitiba, mantido pela referida Igreja, que também é conhecida como "O Brasil Para Cristo".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1971.

2) Igo Losso

**JUSTIFICATIVA:**

O Departamento de Assistência Social e Educacional da Igreja Pentecostal de Curitiba, cuja Igreja também é conhecida como "O Brasil Para Cristo", tem seus Estatutos devidamente registrados no livro "A", n. 1616 das Pessoas Jurídicas do 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba.

A finalidade deste Departamento está expressa no Art. 2.º, item d e suas letras, que dispõe que a Igreja, através deste órgão, fará o devido atendimento aos necessitados, sem qualquer acepção de pessoas ou credos. Visará ainda a fundação de escolas, orfanatos, asilos ou outras instituições caritativas, numa complementação do trabalho ministerial Evangélico.

O Departamento vem funcionando plenamente com o atendimento de grande número de pobres que recebem alimentos, roupas, orientação moral e espiritual.

Dai a razão pela qual o reconhecimento da Utilidade Pública, pelos relevantes serviços que vem prestando, ser um estímulo a um trabalho ainda maior.

Espero assim a devida aprovação por parte dos nobres colegas.

**Projeto de Lei n. 7-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Enéas Marques, o seguinte equipamento elétrico, de propriedade do Departamento de Águas e Energia Elétrica:

1 — Gerador marca IRNE, n. 31545, tipo ETH 20/4, 3 fases, 91 A, 35 KVA, 50/60 ciclos, 220/127 V, 1.500/1.800 r.p.m.

1 — Gerador marca BRUSH, n. 08790/15, 65, 7 A, 25/KVA, 60 ciclos, 220/127 V, 1.800 r.p.m.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de março de 1971.

2) Ivo Tomazoni

**JUSTIFICATIVA:**

Os geradores que ora propomos sejam doados à Prefeitura Municipal de Enéas Marques, desde 1961, vêm servindo à população deste Município, contribuindo assim para o conforto e progresso dos habitantes da Região.

A Prefeitura tem dispensado a este equipamento o maior zelo possível, como se fôsse de sua propriedade, inclusive dispendendo grande soma para manutenção dos mesmos.

Esse é motivo que nos levou à apresentação deste plano de lei, o qual submetemos à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

**Projeto de Lei n. 8-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Fica o Poder Executivo autorizado a criar na cidade de Terra Roxa, Mu-



nicipio do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, com funcionamento a partir de 1972.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1971.

a) Francisco Escorsin

#### **JUSTIFICATIVA:**

O município de Terra Roxa, localizado na região Oeste do nosso Estado, e uma região em franco progresso, atraindo, por suas terras férteis, todos os anos, inúmeras famílias.

Para aprimoramento da educação e da cultura possui em funcionamento um Ginásio Estadual, mas todo ano grande número de estudantes saem da cidade em busca de escolas de nível secundário; com a criação da Escola Normal Colegial estaremos preenchendo essa lacuna e contribuindo mais para a fixação de pessoas de maior cultura no meio de lavradores.

Apelo aos nobres Deputados pela aprovação deste plano de Lei que é uma justa contribuição que daremos a uma região rica por suas terras férteis e elevado índice de população.

#### **Projeto de Lei n. 9-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### **D E C R E T A:**

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a transferir do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a cidade de Rolândia à de Astorga, numa extensão de 40 quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de março de 1971.

a) Xenofonte Villanueva

#### **JUSTIFICATIVA:**

A presente Lei tem por objetivo propiciar melhores condições de tráfego à estrada municipal que liga estes dois importantes centros produtores, com uma extensão de 24 quilômetros no município de Rolândia e 6 no de Astorga. A estrada existente tem um tráfego cada vez mais intenso devido constituir a menor distância entre as cidades de Astorga e Londrina, com trânsito de ônibus inter-municipais.

Com sua estadualização poderá a mesma ser retificada, encurtando em 6 quilômetros o seu percurso; além disso, os poderes executivos municipais vêm onerados os cofres públicos com a manutenção exigida pelo intenso tráfego rodoviário, que deixou de ser local para ser regional. Pelo exposto, esperamos que os nossos nobres Pares não se furtem a apoiar este plano de Lei.

#### **Projeto de Lei n. 10-71**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### **D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Fundação Educacional de Centenário do Sul, destinada a instalar e manter uma Faculdade de Filosofia, na sede do município do mesmo nome.

Art. 2.º — A Fundação terá regulamento próprio, aprovado pelo Governador do Estado e gozará de autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar e adquirirá personalidade jurídica de direito privado a partir de sua inscrição no Registro Civil, das Pessoas Jurídicas do seu ato constitutivo, com o qual será apresentado o respectivo Estatuto e o Decreto Governamental que aprovar.

Art. 3.º — O patrimônio da Fundação será constituído:

a) — Pelos bens imóveis, móveis e equipamentos que lhe forem destinados;

b) — pelos saldos dos exercícios financeiros;

c) — pelas contribuições, doações, subvenções e auxílios que lhe forem feitos ou concedidos pela União, pelo Estado, pelos Municípios e demais pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou internacionais ou por pessoas físicas;

d) — pelos juros bancários ou rendas eventuais.

Art. 4.º — A receita da Fundação será proveniente de:

a) — rendimentos de seu patrimônio, os quais serão completados pelo instituidor, o Estado do Paraná, através de recursos consignados anualmente no Orçamento Geral do Estado, sob a forma de dotações globais e específicas, cujo montante não poderá ser, em cada ano, inferior à consignação para o exercício imediatamente antecedente;

b) — auxílios, contribuições, doações e subvenções constantes do Orçamento da União, Estados e Municípios;

c) — taxas, emolumentos escolares, contribuições e anuidades;

d) — rendas patrimoniais;

e) — rendimentos de serviços prestados;

f) — auxílios, contribuições, doações e subvenções de entidades ou empresas de pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, nacionais ou internacionais, ou de pessoas físicas;

g) — juros bancários e receitas eventuais.

§ 1.º — A Fundação não distribuirá lucros a qualquer título e os seus rendimentos serão aplicados integralmente na manutenção própria e na da Faculdade, bem como no desenvolvimento de seus objetivos educacionais e de pesquisas.

§ 2.º — A Fundação poderá conceder Bolsas de Estudos, mediante concursos de provas entre os estudantes reconhecidamente pobres, exigindo sempre o posterior reembolso.

Art. 5.º — A Fundação será administrada por um Conselho de Curadores composto de 6 (seis) membros efetivos e 3 (três) suplentes, nomeados todos pelo Governador do Estado, com mandato de 6 (seis) anos, renováveis um terço (1/3) de 2 (dois) em 2 (dois) anos.

§ 1.º — Compete ao Conselho de Curadores fixar as taxas, contribuições, anuidades e emolumentos escolares.

Art. 6.º — O Diretor e o Secretário da Fundação serão nomeados pelo Governo do Estado, sendo aquele dentre professores em exercício, eleitos em lista tripartite, pela congregação e aprovada pelo Conselho de Curadores e ambos serão contratados pelo prazo de dois (2) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 7.º — A Congregação da Faculdade será constituída pelos Professores titulares e demais docentes em exercício e por representantes do corpo discente, indicados pelo respectivo órgão de classe, em número correspondente de 1/3 (um terço) dos professores integrantes da congregação.

Art. 8.º — A competência e o funcionamento dos órgãos da Fundação bem como os da Faculdade, serão estabelecidos nos respectivos estatutos e regimentos.

Art. 9.º — A Fundação terá como órgão da fiscalização contábil e financeira, um conselho fiscal, composto de 3 (três) membros nomeados pelo Governo do Estado, dentre pessoas de ilibada reputação, com mandato de 4 (quatro) anos.

Art. 10 — O pessoal da Fundação bem como da Faculdade serão regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, cabendo ao estatuto definir a competência para admissão e criação de cargos.

Art. 11 — Na organização do regime didático da Faculdade, inclusive do

currículo de seus cargos a Fundação fará observar as leis do ensino da União e do Estado.

Art. 12 — O Conselho de Curadores elegerá dentre seus membros efetivos o seu Presidente e seu Vice-Presidente com mandato de 2 (dois) anos, renováveis até duas vezes e elaborará o estatuto da Fundação, definindo as atribuições de todos os órgãos administrativos.

Art. 13 — Os membros do Conselho Fiscal e os do Conselho de Curadores, bem como seu Presidente e Vice-Presidente não perceberão remuneração ou qualquer vantagem pelas respectivas funções, constituindo o seu efetivo exercício serviço público relevante.

Art. 14 — A Fundação terá a duração indeterminada, extinguindo-se quando comprovada a impossibilidade material de sua manutenção e continuidade, revertendo integralmente o seu patrimônio ao Estado do Paraná.

Art. 15 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de março de 1971.

(a) — Igo Losso

JUSTIFICATIVA: — O progressista Município de Centenário do Sul é hoje um grande centro geo-econômico educacional da região. Graças ao espírito laborioso de seu povo, destaca-se, vigorosamente, despontando no cenário Estadual. O sistema de Fundação é o preconizado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024 de 20-2-61) e também pelo sistema Estadual de Ensino para organização de Estabelecimentos de Ensino Superior. Entendemos ser esta a forma mais objetiva e prática para o funcionamento de uma faculdade, pois que, sem as dificuldades burocráticas que geralmente se verifica, a fundação oferece a vantagem de uma participação mais ampla da comunidade com a consequente fiscalização. Assim é que não só o Município de Centenário do Sul será grandemente beneficiado, mas todos os municípios da região, entre os quais podemos citar: Lupionópolis, Guaraci, Jaguapitã, Colorado, Itaguagé, Santo Inácio, Porecatu, Alvorada do Sul, Florestópolis, Bela Vista do Paraíso e outros mais. A área seletiva oferecerá, segundo calcula-se, mais de 300 (trezentos) alunos que atualmente dispendem enormes quantias em viagens para poderem estudar em Tupã, Estado de São Paulo, Jandaia do Sul e Mandaguari no Paraná. O progresso material, as condições culturais e geográficas do Município de Centenário do Sul como centro da região, justifica plenamente o que aqui pretendemos. Pela justiça do Projeto que apresentamos concluímos seja ele aprovado pelos ilustres pares.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Inicialmente queremos passar às mãos de V. Exa. um requerimento endereçado ao sr. João Avelange, Presidente da Confederação Brasileira de Desportos, solicitando estudos, visando a inclusão de mais um clube de futebol do Paraná no conhecido torneio "Taça de Prata", e também um requerimento de congratulações a D. Geraldo Fernandes, que ontem foi empossado como 1.º Arcebispo da cidade de Londrina.

Sr. Presidente, srs. Deputados. No próximo mês, Londrina viverá um mês de grandes festividades, quando se realizará mais uma Exposição Agro-Pecuária-Industrial de Londrina.

Não é mais um fato de Londrina, sr. Presidente, srs. Deputados, mas um fato de todo o Paraná, exposição que foi honrada com a presença de dois Presidentes da República, diversos Ministros e diversos Governadores. O nosso convite, em nome de Londrina, para que todos participem dessa grande mostra.



Sr. Presidente, srs. Deputados. Professores suplementaristas do Paraná estão vivendo um moneto de angústia, porque há quase três meses estão sem receber seus vencimentos.

É sabido, sr. Presidente, que o professor, ser humano que é, tem seus compromissos financeiros, e vejo, com tristeza, professores do interior endividados, muitos sem crédito, e até mesmo professores que tiraram carros financiados e acabaram devolvendo seus automóveis, porque não receberam pagamento, não puderam fazer frente às despesas normais de um lar.

O Sr. Haroldo Leon Péres, que apesar de não ter sido eleito pelo povo, participou da última campanha eleitoral, prometeu em Londrina que no seu governo os funcionários estaduais receberiam seus pagamentos em dia. Assim sendo, quando vemos o drama de milhares de professores e servidores públicos do Paraná, queremos apelar ao novo Governador, que não é do nosso Partido, mas que na verdade é o Governador dos paranaenses. O nosso apelo para que coloque em dia o pagamento de uma classe tão laboriosa, como é a dos professores do Paraná. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE. — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados.

O jornal "O Estado do Paraná", nas edições de sexta-feira, sábado e domingo, o jornal "Tribuna do Paraná" nas edições de sábado e hoje, o jornal "Diário do Paraná" na edição de sábado, trouxeram à opinião pública paranaense, ao povo de nosso Estado, seríssimas denúncias pela prática, por parte de elementos ligados à Secretaria de Segurança, de atos que atentam aos mínimos direitos humanos de um cidadão, que começaram por uma prisão sofrida por um pacato chefe de família da Vila Nossa Senhora da Luz por parte de policiais. Mais tarde denunciava a agressão que teria sofrido um moço de 17 anos que ficou detido durante quarenta dias, sofrendo uma série de maus tratos. E a agressão praticada por policiais contra o Diretor da Rádio Colombo. Fatos como estes ocorrem quase que diariamente em todo o interior do Estado e é claro que nós, de forma alguma, podemos calar ante esses atos de brutalidade que são cometidos contra cidadãos, justamente por aqueles que têm a obrigação de zelar pela segurança de nosso povo.

Como o cel. Persio Ferreira está iniciando suas atividades, temos a impressão de que não seria agora o momento ideal para solicitarmos a instalação de uma Comissão de Inquérito para fiscalizar e apurar os responsáveis por tão hediondo crime. Temos certeza que, conhecendo como conhecemos o elevado espírito humano e a capacidade do Cel. Persio Ferreira, S. Exa. irá tomar as providências necessárias com relação a casos como esses e dará participação a esta Casa das medidas que foram tomadas no sentido de punir os responsáveis por esses atos de brutalidade.

Portanto, ficamos na expectativa das medidas que serão tomadas pelo eminente Secretário de Segurança Pública. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, sr. deputado Antonio Franco Ferreira da Costa.

O SR. ANTONIO COSTA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

(Lendo): — "Embora não seja de meu feitio fazer uso de tribunas com pronunciamentos escritos, faço hoje uma exceção para que fiquem cristalizadas no papel as palavras que pela vez primeira pronuncio deste local que é o baluarte das aspirações populares.

Com real interesse e merecido respeito venho acompanhando os pronunciamentos dos nobres Deputados quando, do alto desta tribuna, opinam a respeito do momento político paranaense e estabelecem as diretrizes de suas jornadas cívicas.

Assim, eu não poderia furtar-me ao dever de delinear, para os que me ofertaram o seu voto e a sua confiança, as normas orientadoras de minha

atividade política, que sempre estará voltada para o engrandecimento desta terra que meus antepassados ajudaram a solidificar com o suor de suas fronteiras e, muitas vezes, orvalharam com as pérolas de suas lágrimas; desta terra, cuja história é uma sequência coberta de sacrifícios e de sonhos, de obstáculos e de fé reditiva, de lances heróicos e de trabalho profícuo. Ela merece portanto a renovação constante dos solenes compromissos comuns de absoluta limpidez na honra, de absoluta exação no dever, de absoluta imparcialidade no juízo, de absoluto rigor no julgado, de absoluta submissão à lei, de horror a tudo que a atraia, conspurque ou comprometa: A mentira e a injúria; ao furto e à violência; ao compromisso e ao negócio; ao embate e à opressão.

Não é a voz do político que agora fala, é o sentir unânime do povo que se levanta na esperança de um período florescente para nossa história. O restabelecimento da ordem no país, tão inteligentemente levado a efeito pelo Poder Revolucionário que conseguiu dignificar o prestígio da autoridade dentro de um edificante exemplo democrático, deve congrega numa união sincera todos os brasileiros, no esforço coletivo pelo bem comum e pela prosperidade da Pátria.

Sua Excelência, o senhor Governador Haroldo Leon Peres, desfralda neste momento um estandarte; o da moralidade, que é de dever; do trabalho, que é administração; da sinceridade, que lhe é inerente. A política deverá ser entendida como a arte de prover e de prever; que erradica a subversão e previne contra a corrupção; pesquisa, planeja e realiza o bem estar geral e não de minorias; produz a segurança de todos e não a de poucos; governa com rasgos de audácia cuja ação não dissolverá no expediente administrativo mas no equacionamento dos problemas afligentes do povo, razão de sua existência e alicerce de sua autoridade.

O momento portanto é de definições, de batalha, da tremenda batalha das idéias, que fustiga as energias em abandono e muda a atitude da Pátria, forçando-a a erguer a cabeça e a caminhar na história; batalha sem tréguas contra os entorpecentes políticos, contra o egoísmo cego e a ostentação ridícula, contra a estagnação pestífera, os pântanos morais onde se afogam as raças decadentes e se escravizam as nacionalidades.

Coloco-me ao lado do senhor Governador nesta luta de paladinos de um ideal sagrado pelo bem estar do povo paranaense; vetusta estirpe que transformará o nosso Estado em celeiro do Brasil. Sua Excelência prestigiará o Poder Legislativo, desde que este cumpra sua missão essencial histórica e institucional — a de fazer a Lei, fiscalizar o seu cumprimento e de ser o arauto das inquietações e esperanças populares. Peço aos nobres Deputados que se definam para que possamos dar ciência ao senhor Governador da nossa posição, coerente com os princípios norteadores da Revolução de Março.

Pleiteio, Sr. Presidente, que se encaminhe este pronunciamento, que se tornará um documento espontâneo, ao sr. Haroldo Leon Peres, para que Sua Excelência tenha em mãos a nossa definição e, em consequência, o nosso irrestrito apoio e ilimitada confiança, durante o tempo em que estiver à testa dos destinos do povo paranaense. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, ao sr. deputado Armando Queiroz.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — Sr. Presidente e srs. Deputados.

O Pequeno Expediente deu-nos oportunidade de ouvir a palavra do sr. deputado Antônio Belinatti e do sr. deputado Maurício Fruet, ambos do MDB, e ambos fazendo denúncias e solicitando providências do novo Governador; o primeiro, com relação ao atraso de pagamentos de professores suplementaristas, e o segundo, de certa forma protestando contra arbitrariedades que estariam sendo praticadas na Secretaria de Segurança.



Srs. Deputados, é óbvio dizer que estamos iniciando uma nova administração; podemos afirmar, todavia, que isto não é novidade para o sr. Governador do Estado, Sr. Haroldo Leon Peres. Todos nós sabemos que pagamentos dos professores suplementaristas e mesmo de muitos outros que de tem padrões, estão em atraso; sabemos também que, no setor da Segurança Pública, tais fatos vêm ocorrendo sempre ocorreram e não de continuar ocorrendo. No entanto, temos agora neste novo governo, à frente da Secretaria de Educação, o Major Haroldo Carvalhido, conhecedor profundo que é dos problemas de educação, Presidente do Conselho Estadual de Educação por muitos anos e também professor do Colégio Militar e ainda de algumas Faculdades do Estado.

O problema, evidentemente, teria que ter uma solução e, o Secretário, conhecedor que é do assunto, sabedor que é do problema, tenho certeza que irá tomar as medidas necessárias para que os professores, de um modo geral, possam receber os seus vencimentos em atraso. Com relação ao problema de segurança, é o novo Secretário que assume o controle daquele posto, é ele que traz um nome por todos conhecido e mais ainda, por todos respeitado: austero, completamente divorciado de injunções políticas e que, sem dúvida, à testa daquela Secretaria, se não resolver, pelo menos irá tomar as medidas possíveis e necessárias para que tais fatos não ocorram e é preciso que se afirme ainda que, a comandar o Estado e a orientar os seus Secretários, se encontra o ex-deputado Haroldo Leon Peres; ele, com grande vivência desta Casa, já analisou conosco aqui, problemas parecidos e, não tenho a menor dúvida, tenho a certeza, sentindo, vivendo o problema, irá tomar medidas que, temos certeza irão acontecer no sentido de sanar esta irregularidade.

— (Sem revisão de orador).

O SR. PRESIDENTE — Ninguém mais querendo usar da palavra no Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito do Grande Expediente, sr. deputado Acyr José.

O SR. ACYR JOSÉ — Sr. Presidente, nobres srs. Deputados.

É mister que façamos, no introito do nosso pronunciamento, algumas considerações pequenas que julgamos oportunas. Sempre balisei a minha conduta política e parlamentar dentro de um princípio rígido, ético, que aliás, julgo compatível com a dignidade do mandato que o povo me outorgou e procurarei, sr. Presidente e nobres srs. Deputados, manter no mesmo diapasão, embora confesse aqui os meus pequenos e pálidos cabedais. Entendo que o povo de Curitiba e, por extensão, o povo do meu Estado, conferiu-me uma liderança e eu procurarei exercitá-la com humildade mas com proficiência, com destemor com sobranceira e, acima de tudo, com a coragem, que tem sido o apanágio de minha vida.

Sr. Presidente e srs. Deputados; tenho aprendido muitas lições de civismo, e de despojamento pessoal. Vejo no Poder Legislativo do Estado, não a situação e nem a oposição. Eu sinto pulsar o coração do Paraná que aqui diz presente, através de seus filhos que representam todos os quadrantes. Já que estamos identificados com o povo, quero aqui reiterar a minha definição de agregado à filosofia que presidirá o Governo Leon Peres, que chega à suprema magistratura do Estado.

Aqui, neste instante e nesta oportunidade, da tribuna do povo, quero afirmar que entendo e compreendo que os Poderes devam ser harmônicos entre si, mas deve prevalecer a independência, que é maravilhosa nos países democráticos.

Se amanhã, neste Poder Legislativo, representante de qualquer coloração partidária apresentar trabalho que resulte em favor do Paraná, terá, digo aqui, hoje e agora, o meu prestigiamento.

Quero também, na oportunidade, dizer da minha fidelidade, não só ao Governo, mas também ao Líder do meu Partido, João Mansur, que de há mui-



to aprendi a admirar e querer bem pelas suas condições de parlamentar íntegro e deputado cónscio de suas responsabilidades. Haveremos, se possível, de contribuir decisivamente para que o Paraná também forneça a sua parcela generosa neste signo revolucionário, através do progresso, do desenvolvimento e do bem estar a favor do povo brasileiro.

Sr. Presidente, a eminente mestra e diretora do Grupo Escolar Professora Maria Pereira Martins, estabelecimento de ensino que se situa no bairro da Barreirinha, bairro por sinal próspero...

O Sr. Antônio Costa — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, quero registrar minha solidariedade a V. Exa. pela primeira parte de seu pronunciamento, conhecedor que sou da capacidade intelectual e da conduta moral de V. Exa. Quero, perante todos os srs. Deputados, solidarizar-me com V. Exa. na primeira parte de seu pronunciamento.

O SR. ACYR JOSÉ — Recebo o aparte de V. Exa., mais como incentivo e estímulo, para que possamos juntos prosseguir nesta empreitada de Paraná grande.

O sr. Fuad Nacli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, ouvi seu pronunciamento e, conhecedor que sou do trabalho de V. Exa., desde o tempo em que V. Exa. era Diretor da Penitenciária do Ahú, tive oportunidade de acompanhar seu trabalho naquela Casa de Correção e, mais tarde, à frente da Câmara Municipal de Curitiba, quando tive oportunidade de ver V. Exa. assumir a Prefeitura de nossa Capital. V. Exa., como Vereador, por duas legislaturas, e Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, muito se destacou pelo seu espírito público. Só isto seria o bastante para recomendar-lo aos nobres Deputados desta Casa.

Mas, ouvindo seu pronunciamento, nós, que o conhecemos e sabemos de suas atitudes de homem independente e que sempre soube corresponder à confiança que depositaram em V. Exa. E nós, como representantes de outras comunas de nosso Estado, podemos dizer que o Paraná todo conhece Acyr José, não só Curitiba. Tive oportunidade, ainda há poucos dias, lá em Goioerê e Porecatu, de ouvir, com referência a V. Exa.: "o homem que tem feito alguma coisa ao Paraná".

E este o aparte que queria dar ao pronunciamento de V. Exa., dizendo que o Paraná inteiro o conhece, e não seria necessário esse pronunciamento para dizer da conduta de V. Exa. aos paranaenses.

O SR. ACYR JOSÉ — Agradeço sumamente sensibilizado as expressões de aplauso e carinho, mais ditadas pelo coração generoso desse representante de vários mandatos na Assembléia Legislativa do Paraná.

Creia, deputado Fuad Nacli, as suas expressões calaram-me profundamente e não de servir-me para orientar-me nesta Casa. Procurarei conduzir-me, tendo em V. Exa. e nos demais Deputados que muito fizeram pelo Paraná os testemunhos mais idôneos e mais edificantes do comportamento no Poder Legislativo do Paraná.

O Sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero, nesta oportunidade, congratular-me com o nobre deputado Acyr José pelo seu pronunciamento, que já era esperado. Solidarizo-me com as palavras do deputado Fuad Nacli, referentes a V. Exa.

O SR. ACYR JOSÉ — Agradeço o aparte do nobre deputado Gilberto Carvalho, e coloco-me à disposição dos srs. Deputados para, juntos, trabalharmos em prol do povo do Paraná.

Sr. Presidente, srs. Deputados, como falara anteriormente, recebi da Diretoria do Grupo Escolar Professora Maria Pereira Martins, um ofício, que tomo a liberdade de enunciar à Casa, ofício esse vasado nos termos seguintes em que pede ao deputado que ora ocupa a tribuna, "que tem assistido, por reiteradas vèzes, à frente daquele estabelecimento de ensino, as ocorrências mais lamentáveis, no que se refere ao aspecto trânsito, em que muitas crian-

ças já tiveram, inclusive, lesões corporais graves, porque não se situa à frente daquele estabelecimento, nenhum policial”.

Pede a diretoria que “tomemos a liberdade de dirigir mais uma vez uma solicitação ao Comandante da Polícia Militar do Estado, para que o mesmo possa designar guarda dessa briosa corporação, para disciplinar o trânsito à frente do prédio onde funciona o Grupo Escolar Maria Pereira Martins”.

“Outrossim, comunico que a minha insistência nesse sentido é causada pela preocupação de proteger a saúde e a vida de nossos alunos, uma vez que já se registraram noutras ocasiões acidentes em frente à escola, e hoje tivemos repetido esse triste e doloroso acontecimento”.

**O Sr. Maurício Fruet** — V. Exa. permite um aparte?

**O SR. ACYR JOSÉ** — É com imenso orgulho que recebo o aparte do meu colega de ontem, que hoje abrilhanta esta Assembléia.

**O Sr. Maurício Fruet** — É também com imensa satisfação que vejo V. Exa. com tanto brilhantismo usar dessa tribuna.

O pedido de V. Exa. é justo e deve esta Casa ser porta-voz de pedidos com a justeza dêsse que V. Exa. transmite ao plenário, não só à frente do Grupo Escolar da Barreirinha, mas dos demais estabelecimentos de ensino de Curitiba e de todos os grandes centros do Paraná; há necessidade de uma presença vigilante e fiscalizadora. Temos a certeza de que seu pedido será atendido.

Meus cumprimentos pela sua brilhante trajetória nessa tribuna.

**O SR. ACYR JOSÉ** — Encaminho à Mesa, anexo ao pedido elaborado pela Diretora dêsse estabelecimento, requerimento em que solicito o escalonamento de um guarda de trânsito, para que existências ricas não sejam perdidas pelo desleixo de autoridades públicas.

Em atenção à solicitação da Exma. Sra. Diretoria do Grupo Escolar Professora Maria Pereira Martins, que demonstrou a necessidade de se apelar ao Exmo. Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, no sentido de que a mencionada autoridade determine o destacamento de um policial, a fim de que se discipline o trânsito à frente do referido estabelecimento de ensino primário. Na realidade, foram inúmeros os acidentes ocorridos naquele local por falta única e exclusiva de policiamento, acidentes êsses com lamentáveis perdas de vida, com lesões corporais de inúmeras crianças.

Assim sendo, requeiro à Mesa, na forma regimental e parlamentar, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná no sentido de que S. Exa. determine o escalonamento de um policial a fim de que seja disciplinado o trânsito defronte ao Grupo Escolar “Maria Pereira Martins”. — (Sem revisão do orador).

**O Sr. Lázaro Dumont** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas quero, com a minha participação, entrar no rol daqueles que o apartearam; apenas não tenho a felicidade de dizer como os deputados Antonio Franco Ferreira da Costa e Fuad Nacli que há muito tempo conheço o seu trabalho.

Entretanto quero deixar a respeito do policiamento o meu apoio integral, e este apoio é em razão da nossa amizade que dia a dia está crescendo.

Se um cidadão, como V. Exa., por duas vezes foi conduzido à Câmara Municipal de Curitiba e depois é trazido a esta Casa pelo voto popular, é porque muito fez pelo seu povo, motivo pelo qual mereceu o seu apoio total.

Faço, portanto, côro ao povo de Curitiba e aos Deputados que o apartearam dando meu integral apoio ao seu requerimento.

**O SR. ACYR JOSÉ** — Agradeço a V. Exa..

**O SR. PRESIDENTE** — Concedo a palavra ao sr. deputado Antonio Belinati, segundo orador inscrito. (Pausa). Não estando presente o sr. deputado Antonio Belinati, concedo a palavra ao sr. deputado Nivaldo Krüger, devidamente inscrito.



O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ao reunirmo-nos nesta Casa temos bem presente os homens, as mulheres, as crianças, as regiões por onde trilhamos e com quem convivemos. Quantas esperanças nós acendemos, quantas!

Que diriam esses homens, que diriam essas populações, srs. Deputados, se viessem assistir uma sessão desta Casa e verificassem que apenas trocamos confetis? Que diria essa gente com relação a nós? E mais! Que diriam todos eles com relação ao sistema democrático que proclamamos capaz de solucionar os problemas do povo? Muitos já se desiludiram, não votam mais ou então votam em branco. Outros, numa atitude de última esperança, ainda votam mais uma vez. Que seria desta Casa, que seria de nós, homens públicos que representamos esses contingentes enormes, se eles viessem para cá e constatassem, que a nossa atitude na hora do voto, na hora de pedir apoio é uma, e é outra no momento de sentar na poltrona macia.

Então estaremos sendo incoerentes, então estaremos concorrendo muito mais do que aqueles que se dizem subversivos, para subverter as esperanças do povo nos seus ideais, estaremos traindo a Pátria e o nosso povo. E, imbuídos desta esperança de corresponder à confiança, custe o que custar, que nós damos início, hoje, fazendo nossa primeira afirmação, não em nome do Governo, nem tampouco nos entregando de corpo e alma aos que detêm o Poder. Quantas vezes estaremos ao lado dos que o detêm, pois, através dele, o povo terá soluções para os seus problemas, porém, mantendo uma atitude de justiça, uma atitude viril, sempre tendo em vista trazer para esta Casa a voz daquele povo humilde e até ingênuo, que espera tanto de cada um de nós. Na verdade, este é um desafio terrível, na verdade este é um desafio que requer energia para enfrentá-lo; qual de nós não quer corresponder a esta confiança? Qual de nós não quer voltar às suas regiões e enfrentar este povo, com a consciência tranquila de haver aqui abordado questões de sumo interesse para o nosso Estado, das zonas que aqui representamos. Assim, não posso deixar de lembrar que este é um desafio terrível da nossa geração, geração tão testada quanto a nossa, difícilíssima, que difícil se torna até de ser acompanhada a sua evolução, tão violenta a sua evolução; transformações violentíssimas pelas quais tem passado a nossa Nação, transformações essas que a realidade exige sejam feitas em todos os campos, e também no campo da vida pública.

Que adiantará uma Assembléia como esta, se ela não for viril, se não solucionar os problemas que afligem o nosso povo? É necessário que ela seja viril, para que não sejamos apontados pelo povo como uma casa de gozadores que só servem para receber seus salários no fim do mês. Não me satisfaz a condição de Deputado internador de doentes, não me satisfaz, não que seja indigno, não, é porque nisso nós estamos vendo que está falhando o processo assistencial do nosso Estado e também da Nação; eis que vemos hoje filas enormes, desumanas, de irmãos nossos, a mendigar os seus direitos; irem ao INPS receber aquilo que lhe é de direito, e mesmo ao IPE, que não dá aos seus associados os direitos que têm; mas há recursos para construir, para ricas divulgações neste Estado, e alegam que não há dinheiro para pagar professores e até para se passar um telegrama nesta Casa, Sr. Presidente e Srs. Deputados!

Façamos valer este Poder, ou então, não há condições de continuarmos participando dele, nós, homens de respeito — pois não há aqui um só que não seja líder de importância — e que nenhum há de querer voltar de cabeça baixa perante o seu povo.

Acabo de chegar do meu município — Guarapuava —, percorrendo-o de Oeste a Sul. O que eu vejo? Desalento das classes produtoras, pelo processo fiscalizador violento. As pequenas indústrias já não têm condições de sobrevivência, o pequeno comércio fecha suas portas porque o pequeno produtor perdeu o sentido de poder aquisitivo e não tem condições de adquirir,



a não ser unicamente para sua subsistência, e, talvez 40% das nossas regiões, estão, marginalizadas no processo de fiscalização do nosso Estado. Ainda esta região é sangrada pelo processo fiscal injusto, e, ainda mais, pelo processo de arracadação de recursos que drenam recursos desta região, tão depauperada, tão empobrecida, região que serviu, Srs. Deputados, Sr. Presidente, para custear e financiar o desenvolvimento de outras zonas do nosso Estado e que hoje vê a sua poupança evadir-se, por falta de um planejamento adequado, que dê condições de fixação destes recursos nestas regiões e, então, temos o desdobramento do drama. Milhares de jovens, filhos dos nossos irmãos, não encontram condições de trabalho e perambulam pelas ruas e pelas estradas em busca de biscates, quaisquer que sejam, porque não há condição de trabalho para o grande contingente que se apresenta, com 17, 18 ou 19 anos, sem falarmos no drama do homem que atinge os 45 anos e, não é aceito nas empresas. Dizemos: vá plantar, a terra aí está, é só plantar. Plantar para quê? Quando o preço do produto é tão vil que somente por um esforço sobrehumano, por amor à terra, a seus ancestrais, ao seu passado, simplesmente por não poder sair, porque quando saem aos milhares, vão formar as favelas. Basta abrir os olhos e sair para fora de Curitiba e verificarmos a procedência destes milhares e milhares de homens que vêm para viver, e não se sabe como, nesta Capital e em outras do País.

Somos o terceiro Estado em população, na Federação, mais somos o 7.º em renda "per capita". 7.º lugar na Federação em renda "per capita", a nossa renda vai a 84 cruzeiros, inferior ao pequenino Estado de Santa Catarina, que não produz o ouro do Brasil, que é o café. Pasmem diante deste Paraná e destes paranaenses, mas diga-se a verdade, para que, em consciência disto, encontremos uma solução, porque, se analisarmos esta renda "per capita", vamos verificar que o sudoeste do Paraná, a renda que se tem impressa seja a maior, tem renda inferior a 45 cruzeiros; que é isso quando sabemos que São Paulo, com renda maior de 168 cruzeiros, a maior renda, é verdade, da Federação, hoje sofremos em relação a São Paulo o mesmo problema que sofrem as nações subdesenvolvidas em relação às desenvolvidas, da gravata ao sapato industrializado, do automóvel ao petróleo, e, nesta troca, sofremos esvaziamento terrível, apontado pelo nobre deputado Paulo Poli, desta tribuna e por outros Deputados. Sr. Presidente, tenhamos consciência, para vermos se nós, desta Assembléia, passamos de um grêmio social e político, para uma atividade efetiva, em busca de uma solução real. Dizem que o poder de legislar foi tolhido. Muito bem, se foi tolhido, montemos comissões especiais, vamos às portas das entidades de classe, do Governo, do Palácio, das Secretarias, falar com voz franca, enérgica com as lideranças porque, acima de tudo, está o nosso Paraná empobrecido. Não se iludam com o mármore dos palácios e dos edifícios, dos arranha-céus. Não se iludam com isto. Dentro em pouco teremos, num estudo da FAU, o Paraná esvasiado em seus mananciais florestais. Daqui a pouco a terra, com seu húmus evadido pela corrosão do mau uso. E aí estão os agrônomos fazendo o que? Estão se empregando em firmas vendedoras de produtos químicos, como mascates. E vejam isto. Para um Estado como o nosso, que estamos fazendo aqui? Empregando-se em firmas americanas, como viajantes, agrônomos que custaram milhões ao Estado. Já estão como viajantes da Pfizer, Squibb, Dupont, os melhores cérebros, que poderiam estar servindo ao Estado. Enquanto isto a nossa economia vai embora na troca vil que aceitamos passivamente. Uma troca espúria de produto primário por produtos industrializados. Não bastasse o sistema diabólico de absorção de toda nossa poupança, através da mágica de negócios de titulos. Onde nossa poupança, que poderia promover o desenvolvimento?

Quero citar uma cidade de minha região, pela audácia e firmeza de seus líderes na atividade privada, entre os quais está um como representante nesta Casa, que fez uma ação patriótica, fixando em Aratu, recursos próprios provindos da poupança destas atividades. E onde está nosso Estado?

Não estou atacando esse ou aquele Governo. Estou fazendo uma análise de nossa própria omissão, como líder que pretendo ser. Omissão nossa. Porque é triste o quadro do interior paranaense. É triste o quadro em todo o interior, onde serrarias estão fechando, e sabem por que? Porque o Paraná, que detém 70% das possibilidades de produção de madeira, exporta apenas 30%. O Rio Grande do Sul, muito mais hábil e prestigioso na esfera federal, consegue para seu Estado uma condição inaceitável para mim, como paranaense. Sr. Presidente, tendo apenas 10% da produção de madeira, consegue exportar 70% e consegue breçar. — tendo à frente do IBDF um paranaense —, consegue breçar o processo de exportação de pinho pela forma da guia concedida pelo reflorestamento. Espolia-se o Paraná e não podemos ficar aqui tranquilos. Aí está o problema do arroz, o problema do algodão que os senhores do norte conhecem melhor do que eu, o próprio problema do café.

Na minha cidade, uma das mais florescentes do oeste até então, vemos indústrias fechadas por não suportarem a asfixia da exigência de cobrança do ICM em 15 dias, quando, na verdade, vende-se o produto a 90 e 120 dias. E o Estado do Paraná não participa disto, não. E o Estado do Paraná não se incomoda que os produtores se acabem, indo à falência. Onde está a nossa visão? Onde estão os governantes? Os governantes somos nós, também.

Sr. Presidente, começamos uma Legislatura e entendo que não é possível continuar o processo de desenvolvimento do Paraná de maneira atabalhoada, sem coordenação nenhuma, mentalidade paternalista, distribuidora de benesses, fazendo do próprio deputado, às vezes, a figura ridícula do homem que, para conseguir uma coisa para sua região, tem que se subordinar a chefes de Departamentos, a assinar portarias, que é direito líquido e certo de pessoas que as postulam. Isto é um desestímulo à industrialização. As empresas que receberam financiamento da extinta CODEPAR, quase todas elas não suportaram o ônus dos juros sobre os capitais emprestados.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, V. Exa. aborda muito bem diversos problemas do Paraná. E queremos citar um que nos diz respeito: o problema dos madeireiros que, hoje, são obrigados a fazer o reflorestamento. Nós pretendemos fazer um estudo a esse respeito, porque, de alguma forma, estão montando uma verdadeira arapuca, vendendo mudas aniquiladas, mudas que não florescem, causando grandes prejuízos aos homens que pensam em reflorestamento.

E quanto à acusação que V. Exa. faz à CODEPAR, eu tenho a dizer que, no Norte do Paraná, quase todas as indústrias que usaram dos créditos dessa Companhia, ou foram à falência, ou tiveram que ser vendidas. É o caso da IPASA, fábrica de óleos, entre Iporã e Jataizinho; os que haviam implantado aquela indústria em nossa região não puderam mantê-la, não puderam fazer frente aos juros da CODEPAR. Hoje, essa fábrica pertence ao grupo da Cotia. O mesmo aconteceu com a Paraná Fios, indústria de tecelagem, localizada em Londrina. Seus verdadeiros donos, seu primitivos donos, não suportaram os ônus pesados dos empréstimos e venderam aquele grande empreendimento à Indústria Garcia. E também um dos maiores frigoríficos do Paraná, o FIBRAS, foi obrigado a fechar suas portas e, hoje, está jogado às moscas, porque não resistiu aos juros da CODEPAR, deixando desempregados centenas de pessoas e as famílias ao desespero.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Agradeço o aparte do deputado Antônio Belinati, oportuno e objetivo.

O Sr. Xenofonte Villanueva — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, tenho acompanhado seus pronunciamentos nesta Casa. Aprecio a inteligência demonstrada em seus pronunciamentos. Porém, não poderei concordar com V. Exa. no pessimismo manifestado no presente pronunciamento.

Concordo com V. Exa. que existem, em nosso Estado, atrasos e dificuldades de pagamento; que existiram, e que existirão despesas superfluas, folhetos, construções de caráter faraônico. Porém, não poderei concordar com



V. Exa. quando atribui as dificuldades econômicas e esvaziamento econômico à asfixia fiscal.

Ainda há pouco, o nobre deputado Antônio Belinati falava sobre a crise em nossa região, com referência à fiação. V. Exa., ou aquele nobre Deputado, não me recordo bem, dizia que os ônus estipulados pela CODEPAR eram os responsáveis pelas dificuldades existentes.

Gostaria de esclarecer a V. Exa. que nessa peroração V. Exa. aponta os erros, mas não procura as soluções. Se existe no Estado do Paraná, quem sabe, uma renda "per capita" menor que Santa Catarina, deve-se à capacidade empresarial, aos homens que capitaneiam os empreendimentos industriais. Esta a minha opinião. Acho que hoje a agricultura atravessa sérios problemas, mas eles irão merecer o estudo e a procura das soluções justas e humanas, por parte do Governo Leon Peres, para que nosso povo, o povo brasileiro, e no caso em particular, o povo paranaense, que V. Excia. está retratando com tanto pessimismo, possa encontrar, ainda neste governo, uma esperança à qual os seus filhos, aqueles que V. Exa. diz que perambulam pelas ruas à procura de emprego, que esses jovens encontrem, pela sua instrução, pelo seu aprimoramento pessoal, melhores condições de vida, e que nós aqui, nesta Assembléia, pelo nosso trabalho, procurando com todo esforço de nossa imaginação e originalidade, encontrarmos a solução para o grande problema que não é só do Paraná, mas especialmente do País.

Permita-me mais uma vez que manifeste a V. Exa., que não posso concordar com o pessimismo, porque a imagem que V. Exa. está transmitindo de nosso Estado e de nosso País, se ouvida pelos jovens, poderá dar um desestímulo a que esses jovens possam encontrar uma esperança para os seus dias no futuro.

O SR. NIVALDO KRUGER — Perfeitamente! Agradeço o aparte do ilustre deputado Xenofonte Villanueva, oportuno, objetivo, entretanto, ilustre Deputado, não esperou V. Exa. que eu concluísse meu pensamento, pois tenho uma solução. Entendo que a crítica só é válida quando apresenta uma solução e essa solução, aliás, não é solução, é sugestão, — sugestão que apresento à apreciação da Casa, porque no meu entender, esta Casa não pode ficar omissa dentro dessa realidade, que pode parecer pessimismo. Para mim é realismo, não é desespero. Mas entendo que para podermos encontrar solução para nosso problema, é necessário que olhemos também para outro lado, é necessário que olhemos para as obras, que olhemos para as deficiências, pois o que está bom não precisa ser revisto, o que não está bom é que precisa ser melhorado, e o que olha só para o que está bom, não pode ter consciência de uma realidade como esta.

Falava sobre asfixia fiscal. E quando me refiro à asfixia fiscal, quero dizer o sistema usado pelo Paraná, já superado pelo Estado de São Paulo, que dá hoje 75 dias para que o industrial, aquele que corre todos os riscos da produção, possa ter da parte do Estado um meio de correr com essas despesas. No Paraná não, são 15 dias secos. Se não for pago em 15 dias, aí do contribuinte. No Paraná é diferente.

Pleiteio para o meu Estado e para os produtores do meu Estado, que são em última análise, os que mantêm a gaita em funcionamento, propugno por uma solução diferente, igual a de São Paulo, que encontrou uma fórmula ideal, criando um fundo de financiamento. Hoje, no Paraná, se o produtor se apresentar no Banco do Estado com uma duplicata oriunda de produto de sua venda, não encontra financiamento para pagar o ICM. Por outro lado, o esvaziamento econômico que existe em nosso Estado, é alguma coisa de gritante e esse pronunciamento, um tanto carregado, é exatamente para chamar a consciência que cada um dos senhores têm, porque cada um dos senhores conhece os problemas do Estado, — não os conhecessem não estariam aqui, porque foi desse conhecimento que redundou a confiança do povo, que acabou trazendo-os para aqui. Vejam os senhores eu critico a inexistência de um



plano de desenvolvimento para nosso Estado, para as regiões, segundo suas peculiaridades suas possibilidades físicas, humanas e financeiras. Não existe nada disso.

Enquanto isso 30 bilhões de cruzeiros são levados do Paraná para a área da Sudene. E sabem quantos planos na área da Sudene estão aprovados para o Paraná? Quase nada. Os recursos do Paraná, oriundos da zona de produção, estão sendo aproveitados não pelos paranaenses, mas sim pelos paulistas, pelos catarinenses, com seus projetos magníficos, aprovados pela Sudene.

Até o momento, pasmem os senhores, 4 anos de Sudene, nós temos apenas uma indústria paranaense usando 3 ou 4 bilhões de cruzeiros, e já perdemos mais de 120 bilhões de cruzeiros dos incentivos fiscais da área da Sudene.

Que é que estamos fazendo? Estamos perdendo tempo por falta de planejamento objetivo. Se o combate ao paternalismo, quanto antes for feito pelo nosso Governador, terá ele, daqui desta Tribuna, o meu aplauso e o meu elogio, porque o paternalismo desenfreado é o grande mal de nosso Estado. Não existe plano algum para a desmatção que vem sendo feita no Paraná. Temos 250 mil homens que dependem, direta e indiretamente, da indústria da madeira, os quais, se não houver uma solução para a desmatção sem critério que vem sendo feita, ficarão, dentro de cinco anos, totalmente sem emprego. Qual o plano feito até hoje, neste sentido, para a nossa região? Que irá fazer essa gente?

Quando falo nestes termos, falo em termos do Poder Legislativo. Nós todos desejamos solução para esse problema, porque senão, dentro em pouco, não teremos condições de reter, naquelas áreas, este contingente imenso de mão de obra, capaz de produzir e gerar energia para o nosso Estado.

Pretendo, neste instante, propor uma providência. De antemão declaro que aceito qualquer outra sugestão. Evadem-se os recursos financeiros dessas áreas. Atrás desses recursos vão os homens e fica a zona toda desprovida de mão de obra.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero me congratular com a oração que V. Exa. pronuncia nesta Casa e tenho a dizer que é com satisfação que vejo o MDB renovado nesta Legislatura em mais de 90%, que vem a esta Casa embuído da melhor e da mais sadia das vontades de ajudar o crescimento e o desenvolvimento do Paraná.

Estamos ouvindo com atenção os diversos problemas que V. Exa. vem abordando nesta Casa. Quero afirmar a V. Exa. que o conheço como industrial e como Prefeito Municipal de um dos maiores municípios do Paraná, que é Guarapuava, onde V. Exa. se houve muito bem, tendo procurado conduzir os destinos daquele Município a contento da população. Em razão daquela administração, V. Exa. foi alçado ao posto de representante daquela região, aqui no Poder Legislativo.

Quero dizer a V. Exa. que as intenções do nosso governador, do governador Haroldo Leon Peres, também são no sentido de dar, nestes quatro anos, todo o seu esforço em favor do Paraná e da sua gente, e nós esperamos muito a grande contribuição do Movimento Democrático Brasileiro no sentido de que, esquecendo as siglas partidárias, possamos juntos ajudar este jovem, que nada mais quer do que ajudar o Paraná e corresponder à confiança que recebeu do excelentíssimo sr. Presidente da República quando o indicou para o cargo de Governador dos paranaenses.

Ouvimos o aparte do nobre deputado Antônio Belizatti, com relação à crítica que V. Exa. fez à Codepar. Realmente V. Exa. tem razão! A Codepar fez empréstimos indiscriminados no Paraná e eu não quero, e não concordo que as firmas que foram à falência, o foram em razão das taxas de juros e de despesas. Mas, eu acho que o grande mal é que a Codepar concedeu financiamentos a diversas firmas — o que temos conhecimento — mas

quando chegou na parte principal, que era o financiamento do capital de giro, que vem asfixiando tôdas as empresas paranaenses, a Codepar relegou este recurso extraordinário, quando nenhuma firma tinha condições de sobrevivência. Quero me congratular com o MDB e espero contar com todo o apoio desta bancada, em tôdas as iniciativas do governador Haroldo Leon Peres, para que juntos possamos trabalhar em favor do Paraná e de sua gente. Só assim poderemos cumprir as nossas obrigações de representantes do povo paranaense, só assim poderemos chegar em casa de cabeça erguida, enfrentando nossos filhos e dizendo que aqui cumprimos o nosso dever, aqui viemos como representantes do povo, esquecendo os nossos partidos mas pensando acima de tudo, no Paraná e na sua gente. — (Sem revisão do orador).

O SR. NIVALDO KRÜGGER — Agradeço o aparte do ilustre Líder da Aliança Renovadora Nacional e do Governo nesta Casa, deputado João Mansur, e as referências à minha pessoa.

Deputado João Mansur, não fôsse por outra coisa, só as afirmações de V. Exa. de que o Governo que se instala está profundamente preocupado com estas questões, e temos como convicção em termos de Paraná, as palavras de V. Exa., com a certeza de que, ao afirmar isto, falo em nome da minha bancada. Também estaremos ao lado dos demais Deputados, dos que governam o Paraná, para encontrarmos aquelas soluções. Isto é necessário. Sem isto nós não credenciaremos este Governo, não nos imporemos, não teremos condições de dialogar nem com a área do Governo, nem com áreas populares.

Concluindo, srs. Deputados, quero ainda lembrar das palavras ditas aqui pelo deputado Paulo Poli e pelo ilustre deputado Antônio Bellinati, analisando rapidamente o problema do empobrecimento dos Municípios paranaenses, no processo de receita do ICM, relativo às Prefeituras. Também estão depauperadas as municipalidades do interior do Estado, com exceção de algumas apenas, mas, na sua grande maioria, também os Municípios paranaenses estão sofrendo na sua carne uma dilapidação horrível, e há municípios que não tem condições de pagar professores, comprar combustível, condição esta em que a maioria dos municípios se encontra.

Alguma coisa está errada e cabe a nós encontrarmos a solução.

Assim só para lembrar, no meu Município, Guarapuava, sem professoras, porque o sr. Prefeito Municipal, numa atitude até de boa administração, recolheu das escolas estaduais, por questão de economia, as professoras municipais e lá estão duas mil crianças sem aula, matriculadas, que se apresentam à porta da escola e voltam para casa. Então apenas para elucidar, concorrer para fundamentar a minha argumentação, diante deste quadro todo, o que fazer, continuar o ritmo velho, a rotina, aceitar a coisa como veio dos anos, mas esta rotina provou que não deu certo. Então, proponho que se instale nesta Casa, com objetivo de analisar a realidade, paranaense em profundidade, mas não aspectos da realidade paranaense, mas ela no seu todo, uma visão panorâmica, levantando desde o Litoral ao Sudoeste, Norte, Sul, Centro, as características físicas, mananciais sua potencialidade financeira, seus recursos humanos, esta evasão que temos, sofrendo dia a dia milhões de crianças, desta poupança miserável que ainda sobra para financiar o desenvolvimento dos Estados vizinhos, levantar tudo isto, através de comissões que acabo de propor a esta Casa comissões de conhecimento do desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE — Aviso ao sr. Deputado que tem apenas quatro minutos para concluir.

O sr. Armando Queiroz de Moraes — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). As palavras ditas por V. Exa. merecem meditação, embora num tom de pessimismo que não chega a ser desesperador, como frisou



V. Exa. A grande realidade é que o Paraná está atravessando a crise da madeira, porque estão escasseando nossas reservas florestais, a crise do café, porque a geada permanente e agora com a ameaça de ferrugem, o preço que não corresponde à produção. Implica, sr. Deputado em empobrecimento. Tivemos há pouco tempo o racionamento de carne, porque nossos rebanhos não eram suficientes. Entretanto, não era este o clima que se via há pouco tempo, porque se afirmava que o Paraná nadava em um mar de ouro, era o segundo Estado da Federação, que pagava melhor os professores, era um Estado que tinha condições de pagar regimento a sua magistratura. Agora, diante de um quadro tão otimista, quero garantir a V. Exa. que o novo Governo não vai se perder no otimismo exagerado, como não vai se perder nesse pessimismo desesperador. Nós iremos, sem dúvida, marchar por aquele caminho da verdade em que o "sim" será "sim" e o "não" será não.

O SR. NIVALDO KRÜGGER — Agradeço o aparte a V. Exa., e quero dizer mais uma vez que não é pessimismo, é a realidade, sr. Presidente. Ela incomoda realmente, ela é desagradável quando vem contar que os nossos negócios não vão bem. Ficamos de mau humor. É necessário, isto sim, que resolvemos nossos problemas em questão. Assim, sr. Presidente, concluindo dentro do tempo em que V. Exa. me enquadra, quero dizer na necessidade da constituição de uma Comissão Especial para analisar o desenvolvimento econômico do Paraná, não no recinto desta Casa onde se encontram técnicos de grande valor e gabarito, não só no corpo de Deputados, como no de assessores. É necessário que extravasemos, vamos à Federação de Indústria, à Federação da Agricultura, que essa Comissão Especial vá às associações comerciais, que ela vá de porta em porta aos grandes e aos pequenos municípios, em busca da realidade. Porque enclausurada aqui, não encontrará esta realidade. Assim é que esta Comissão há de opinar pela instalação, no Paraná, de um Instituto de Desenvolvimento Econômico do Estado como outros Estados já o fizeram e encontraram resultados magníficos, retendo, por de cima, diques nos furos de nossa economia.

O que proponho nada mais é do que isto, que é indispensável no Estado do Paraná, a criação de um órgão ou Comissão, inicialmente, que veja a realidade em todos os seus aspectos.

Queira Deus que eu esteja sendo apenas pessimista, porque a coisa seria assim mais fácil de resolver. Queira Deus encontremos solução para cada um dos problemas de nossa região, porque vejo o quadro triste de minha região, totalmente sem condição, dentro em pouco, de dar trabalho a milhares de pessoas. Vejo o Sul do Estado, muito bem representado aqui, num processo de empobrecimento terrível. Sei que a solução do problema não está ao nosso alcance. É preciso a união de todos, desde o Palácio Iguçu, até as menores entidades, não desprezando nenhum, pois cada um é uma folha do grande livro do Paraná que constituímos, uns mais obscuros, outros mais brilhantes, mas todos úteis na composição desta realidade econômico-social.

Proponho isto e espero que receba, esta Comissão, o apoio da Casa e que seja constituída e logo comece a funcionar. Tive contacto com a Federação das Indústrias e vi que os líderes se preocupam com o problema. Dizem que o problema, do ponto de vista deles, é de lideranças empresariais, mão de obra especializada e esta Comissão apresentaria subsídios ideais para resolver, de uma forma adequada, os problemas econômicos e sociais do Estado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita dos srs. Deputados que juntem cópia de todas as proposições que encaminharem à Mesa. Pede aos nobres Pares que tais proposições, sejam projetos de lei ou requerimentos, sejam resumidas numa súmula, que antecede a proposição propriamente dita.



Providência simples que facilitará enormemente os trabalhos administrativos da Secretaria, possibilitando à Mesa maior rapidez e eficiência na direção dos trabalhos de plenário.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 36 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do Expediente. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do sr. deputado Xenofonte Villanueva, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do sr. deputado Francisco Escorsin, constantes do Expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projetos de Lei de autoria do sr. deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** Irão à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Xenofonte Villanueva do Expediente, solicitando adiamento de discussão, por vinte sessões, do requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, que dispõe sobre regime de urgência ao Projeto de Lei que cria Inspeção Regional de Ensino, com sede em Arapongas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da sra. Anita Varaschim. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Acyr José, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao sr. Comandante da Polícia Militar do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Acyr José, constante do Expediente, solicitando voto de solidariedade à Campanha da Fraternidade, lançada oficialmente em nossa Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de aplausos ao sr. Lineu Emílio Klüpper, Secretário da Fazenda. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao sr. arcebispo de Londrina, Dom Geraldo Fernandes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja enviado expediente ao sr. Secretário de Estado dos Negócios dos Transportes e Diretor o Departamento de Estradas de Rodagem. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao sr. Governador do Estado e ao sr. Secretário de Estado e dos Negócios da Fazenda. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao sr. Presidente da Companhia Paranaense de Telecomunicações — Telepar, com a sua discussão adiada. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente solicitando seja constituída uma Comissão Especial, com o objetivo de estudar os problemas relacionados ao incentivo, amparo e desenvolvimento do nosso Estado na área econômico-social. Em discussão.

O SR. ARMANDO QUEIROZ — (Pela ordem). Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — O requerimento terá a sua discussão adiada, conforme o artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do deputado Hélio Manfrinato, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso, nesta data, de mais um aniversário de fundação do jornal "Diário da Tarde". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhada solicitação ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, autorizando ao 4.º Distrito Rodoviário, a conservação da estrada que demanda de União da Vitória ao Sudoeste. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando apêlo no sentido de determinar, com urgência, a aplicação da cláusula única, do convênio celebrado pelos Secretários da Fazenda dos Estados e Distrito Federal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja enviado telegrama ao sr. João Havelange, presidente da Confederação Brasileira dos Desportos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, solicitando seja encaminhado apêlo ao sr. Haroldo Carvalhido, DD. Secretário de Educação e Cultura. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo à revista "Realidade" pela publicação, na edição de março corrente, da reportagem "A pena de morte". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Armando Queiroz, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 3-71. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Francisco Albano. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Igo Losso, constante do Expediente, de sessão anterior solicitando ao sr. Plínio Franco Ferreira da Costa, DD. Presidente da Telepar, providência no sentido de serem sustados os absurdos irracionais dos desligamentos de telefones em Curitiba. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 23 (vinte e três), à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Organização das Comissões.

Levanta-se a Sessão.